

TEA NO NOVO ENSINO MÉDIO: LACUNAS E SILENCIAMENTOS NA LITERATURA ACADÊMICA

Laura Ebsen Teixeira Corrêa¹
Sandra Monteiro Lemos²

Resumo: O artigo ora apresentado é recorte de um estudo amplo que objetivou problematizar os desafios enfrentados por estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017). Apresenta revisão bibliográfica realizada nas bases CAPES, Scielo e no Repositório Institucional da UERGS, no período de 2019 a 2023, posteriormente ampliada via Google Acadêmico, considerando o intervalo de 2017 a 2024. Para além da escassez dos estudos, os resultados produzidos sinalizam algumas das fragilidades na reforma do Novo Ensino Médio, tais como: ilusão sobre a “liberdade de escolha” e inadequação dos itinerários formativos às necessidades dos estudantes em inclusão.

Palavras-chave: TEA; Inclusão Escolar; Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Lei 13.415/2017.

ASD IN THE NEW HIGH SCHOOL: GAPS AND SILENCES IN ACADEMIC LITERATURE

Abstract: The article presented here is an excerpt from a broad study that aimed to problematize the challenges faced by students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the New High School (Law 13.415/2017). It presents a bibliographic review carried out in the CAPES, Scielo and UERGS Institutional Repository databases, in the period from 2019 to 2023, later the research was expanded via Google Scholar, considering the interval from 2017 to 2024. In addition to the scarcity of studies, the results produced signal some of the weaknesses in the reform of the New Secondary Education, such

¹ Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). ORCID:
<https://orcid.org/0000-0003-4435-5324> E-mail: laura-correa02@uergs.edu.br

² Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). ORCID:
<https://orcid.org/0000-0003-3517-1953> E-mail: sandra-lemos@uergs.edu.br



as: illusion about the "freedom of choice" and inadequacy of the training itineraries to the needs of students in inclusion.

Keywords: ASD, School Inclusion, New High School Reform, Formative Itineraries, Law 13.415/2017.

INTRODUZINDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

O percurso profissional trilhado, especialmente, na orientação educacional em escola de educação básica, vem proporcionando valiosas reflexões sobre o modo como os estudantes com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) vêm experienciando os Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio, em especial, ao longo do ano de 2022, durante o período da implementação desse novo modelo educacional. Desde esse momento, alguns dos desafios vivenciados, chamavam a atenção. Das observações realizadas, naquele momento, emergiram apontamentos que puderam ser expressos tanto na dificuldade de compreensão das opções oferecidas pelos Itinerários Formativos, aliado à falta de entendimento sobre o direito à reserva de vaga para uma possível escolha quanto no que tange à natureza “flexível e dinâmica” da proposta curricular a qual parecia resultar em complexidade para participação em atividades em grupo, como previsto nos Itinerários.

Tal fato deu origem à pesquisa de Mestrado, desenvolvida em uma Instituição Pública, que buscou compreender os desafios enfrentados pelos educandos com TEA nos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio. O presente artigo traz um recorte dessa pesquisa, apresentando a revisão bibliográfica que foi parte fundamental para a construção da referida investigação. Teoricamente, a pesquisa alinha-se às perspectivas pós-críticas em educação (Meyer; Paraíso, 2012). A adoção desse tipo de abordagem não implica em desconsiderar ou invalidar o conhecimento produzido por

outras perspectivas, mas sim se ocupa com o já conhecido e produzido para então suspender significados, interrogar os textos, encontrar outros caminhos, rever e problematizar os saberes produzidos e os percursos trilhados por outros (Paraiso, 2012). Michel Foucault (2008; 2014; 2023) e Stuart Hall (2016), entre outros, foram alguns dos demais autores que ancoraram a referida investigação.

Considerando a Reforma do Ensino Médio como um processo recente, tendo sido aprovada em 2017 por meio da Lei nº 13.415, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 2017), sendo que sua implementação, primeiramente, efetivou-se apenas em 2022, há de se atentar para o dinamismo das alterações que a reforma vem sofrendo desde então, e que poderá ainda sofrer alterações ao longo do desenvolvimento da referida pesquisa.

Tal fato pode ser evidenciado pois, em 31 de julho de 2024, por meio da Lei nº 14.945 (Brasil, 2024), foram novamente reestruturadas as diretrizes para o Ensino Médio, alterando a Lei nº 9.394/1996 e parcialmente a Lei nº 13.415/2017. A nova legislação alterou, também, o ano de implementação, ao estipular que os sistemas de ensino deveriam iniciar a implementação do novo modelo de Ensino Médio a partir de 2025. A Lei de 2024, alterou a carga horária da proposta curricular em vigência, prevendo um total mínimo de 3.000 horas para os três anos de Ensino Médio, sendo 2.400 horas destinadas à Formação Geral Básica e 600 horas aos Itinerários Formativos.

Para compor o presente artigo, apresentamos a revisão bibliográfica que compôs a referida pesquisa, pois, com base em Gil (2002), os estudos de revisão bibliográfica nos auxiliam a compreender e a justificar as escolhas relacionadas ao tema proposto, bem como suas delimitações.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: METODOLOGIA UTILIZADA

Para a revisão bibliográfica utilizou-se as bases do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, a plataforma Scielo e o Repositório Institucional da UERGS. Na plataforma da CAPES, foram aplicados filtros específicos, focalizando artigos on-line, revisados por pares, de acesso aberto, relacionados aos estudos realizados no período entre 2019 e 2023. Já na base Scielo³³, foram selecionadas todas as opções para as coleções, periódico e literatura, com data de publicação entre 2019 e 2023. No Repositório Institucional da UERGS, por sua vez, o acesso foi por meio do perfil/acesso institucional, onde realizamos busca avançada.

O limite do período pesquisado considerou a Lei nº 13.415, sancionada em 16 de fevereiro de 2017, que promoveu a reforma do Novo Ensino Médio no Brasil, e que começou a ser implementada em 2022. Compilados os resultados na Tabela 1, apresentamos as produções por base de dados após a aplicação dos filtros utilizados e o cruzamento dos descritores.

Tabela 1 – Total de produções por base de dados após aplicação dos filtros utilizados e cruzamento dos descritores

Cruzamento entre descritores	Scielo	Repositório Institucional UERGS	CAPES
Itinerário Formativo AND Autismo	00	00	00
Itinerário Formativo AND Inclusão	00	00	01
Itinerário Formativo AND Educação Especial	02	00	02
Ensino Médio AND Autismo	00	00	03
Ensino Médio AND Inclusão	27	01	50

³³³Busca realizada em janeiro/2024.

Ensino Médio AND Educação Especial	26	00	45
Ensino Médio AND Itinerário Formativo	02	01	14
Ensino Médio AND Percursos Formativos	01	00	13
Ensino Médio AND Implementação	42	02	334
Ensino Médio AND Reforma	77	00	565

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Diante do considerável número de resultados encontrados na CAPES para o cruzamento dos conectores “Ensino Médio AND Implementação” e “Ensino Médio AND Reforma”, e considerando que o Novo Ensino Médio começou a ser implementado em 2022, a busca foi refinada para o período compreendido entre 2022 e 2023. Os resultados obtidos foram, respectivamente, 121 e 177. Como resultado dessa busca, apresentamos na Tabela 2 o total de produções encontradas e selecionadas.

Tabela 2 - Relação dos periódicos, Dissertações e Teses selecionados.

Base de dados	Total de produções	Selecionados
Scielo	177	10
UERGS	04	01
CAPES – 1º busca	1027	12
CAPES – 2º busca	426	

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Considerando as produções selecionadas, posteriormente, foram elaboradas fichas para destacar os estudos que melhor se alinhavam com a temática de interesse da pesquisa. Tais informações são detalhadas no Quadro 1, informando o ano do artigo, título do periódico, autores e a base de busca.

Quadro 1 - Relação das produções selecionadas e analisadas

Ano	Título	Autores	Base de busca
2023	A (in)flexibilização curricular via reforma do ensino médio no Brasil	Vinicius Renan Rigolin de Vicente; Jani Alves da Silva Moreira; Cassio Vale	CAPES
2023	Reforma do Ensino Médio: dispositivos de regulamentação e políticas de indução	Monica Ribeiro da Silva; Adriana Martins de Oliveira	CAPES
2022	O Novo Ensino Médio Paulista: velhas propostas de manutenção da dualidade estrutural e da precarização do ensino	Celso do Prado Ferraz de Carvalho; Fabio Cavalcanti	CAPES
2022	A educação profissional e a BNCC: políticas de exclusão e retrocessos	Anderson Boanafina; Celia Regina Otranto; Jussara Marques de Macedo	CAPES
2021	Novo Ensino Médio: consequências e perspectivas para a formação dos jovens	Franciele Soares dos Santos; Suely Aparecida Martins	CAPES
2022	Reforma do Ensino Médio e Base Nacional Comum Curricular: formas atuais de expressão do capital na educação	Celso do Prado Ferraz de Carvalho	CAPES
2022	A ilusão da liberdade de escolha: o problema da “customização” do currículo dos itinerários formativos da Reforma do Ensino Médio	Altair Alberto Fávero; Junior Bufon Centenaro; Antônio Pereira dos Santos	CAPES
2021	Mudanças nas políticas curriculares do Ensino Médio no Brasil: repercussões da BNCCEM no currículo mineiro	Samilla Nayara dos Santos Pinto; Savana Diniz Gomes Melo	SCIELO

2023	O Novo Ensino Médio e o Itinerário Formativo da educação técnica e profissional no contexto Catarinense	Rodrigo da Costa Lima, João Henrique Zanelatto	SCIELO
2022	Propaganda, Mídia e Educação: o discurso oficial e publicitário sobre a reforma do Ensino Médio de 2017	André Randazzo Ortega; Joana D'arc Germano Hollerbach	SCIELO
2018	A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação	Celso João Ferretti	SCIELO
2017	Flexibilizar Para Quê? Meias Verdades Da “reforma”	Nora Krawczyk; Celso João Ferretti	CAPES

Fonte: Elaborado pelas autoras.

De imediato, registramos que, em relação à temática referente aos Itinerários formativos e autismo, não foi encontrada nenhuma publicação específica, o que demandou a continuidade de buscas, fato esse que será explicado mais adiante no artigo. Na esteira dessa constatação, no repositório da UERGS, foi localizado apenas um estudo abordando o Ensino Médio e inclusão. Em relação às demais plataformas, foram encontrados estudos sobre o autismo, contudo, integrados às discussões dentro da temática da inclusão, não sendo encontrados estudos específicos semelhantes à proposta investigativa. Assim sendo, selecionamos estudos que integram o contexto investigativo que contribuíram na problematização do tema.

Antes de adentrar às discussões abordadas, a partir dos estudos selecionados, apresentamos um dos recursos utilizados, qual seja, nuvem de palavras. O diagrama no formato de nuvem de palavras (Figura 1) foi gerado a partir das palavras-chaves das publicações selecionadas. O tamanho e a cor de cada palavra estão associados à sua frequência de ocorrência, sendo a cor ordenada da seguinte forma: preto,

diferentes, de maneira que o usuário possa definir outras características, tais como a cor, o tipo de letra e o formato do gráfico digital, realçando os termos com maior e menor destaque.

Dessa forma, a nuvem de palavras, como ponto inicial de acesso, auxilia a identificar as recorrências nas produções. As publicações abordam a Reforma do Ensino Médio, por meio da Medida Provisória nº 746/2016, aprovada pelo Congresso Nacional em 16 de fevereiro de 2017, transformada na Lei nº 13415, e na subsequência à BNCC.

A REFORMA DO (NÃO TÃO) NOVO ENSINO MÉDIO

As análises realizadas, a partir da consulta às bases e repositórios, selecionou 12 artigos versando sobre políticas públicas, itinerários formativos, flexibilização curricular, BNCC, mídias e educação x trabalho. Nessa perspectiva, apresentamos, na sequência, as discussões em torno dos temas mencionados.

Os artigos foram organizados em dois tópicos: o primeiro versa sobre a suposta dualidade estrutural no sistema educacional brasileiro, por conta da flexibilização curricular, reforçando a definição de Itinerários Formativos; o segundo aborda a estrutura curricular, vinculada à alteração da carga horária, denotando, por um lado, certa fragilidade e por outro, certo glamour. Sob esse último enfoque à flexibilização curricular, foram adicionadas pitadas de “sedução” à suposta “liberdade de escolha”.

SOBRE A DUALIDADE ESTRUTURAL

Do total de 12 artigos selecionados, nove discutem a Reforma do Ensino Médio e seus impactos na educação brasileira, são eles: “O Novo Ensino Médio Paulista: velhas propostas de manutenção da dualidade estrutural e da precarização do ensino” de Carvalho e Cavalcanti (2022); “Reforma do Ensino Médio e Base Nacional Comum Curricular: formas atuais de expressão do capital na educação” de Carvalho (2022); “Reforma do Ensino Médio: dispositivos de regulamentação e políticas de indução” de Silva e Oliveira (2023); “A educação profissional e a BNCC: políticas de exclusão e retrocessos” de Boanafina, Otranto e Macedo (2022); “A ilusão da liberdade de escolha: o problema da ‘customização’ do currículo dos itinerários formativos da Reforma do Ensino Médio” de Fávero, Centenaro e Santos (2022); “Mudanças nas políticas curriculares do Ensino Médio no Brasil: Repercussões da BNCC-EM no Currículo Mineiro” de Pinto e Melo (2021); “A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação” de Ferretti (2018); “A (in)flexibilização curricular via reforma do Ensino Médio no Brasil” de Vicente, Moreira e Vale (2023) e “Novo Ensino Médio: consequências e perspectivas para a formação dos jovens” de Santos e Martins (2021).

Os artigos de Ferretti (2018) e de Krawczyk e Ferretti (2017), embora não sendo dentro do período estipulado, foram destacados pois, mesmo antes da implementação da reforma do Ensino Médio, já havia questionamentos sobre a qualidade da mudança que estava sendo proposta.

Embora não tratando diretamente da inclusão de estudantes com TEA, os estudos selecionados (Quadro 1) discutem temas pontuais que impactam a educação inclusiva, como a flexibilização curricular, dualidade estrutural, e a relação entre educação e mercado de trabalho, o que pode

afetar diretamente a inclusão de estudantes com TEA nos Itinerários Formativos.

Carvalho e Cavalcanti (2022) salientam que a Reforma do Ensino Médio aconteceu juntamente com a elaboração da BNCC, ambos movimentos, estiveram inseridos em um contexto político marcado pelo golpe de 2016. Tal cenário, portanto, teria delimitado a diversidade dos participantes da elaboração da reforma.

O impacto do golpe de 2016 também é referendado, mais efetivamente, por Carvalho (2022). Para o autor, tal contexto estimulou a necessidade de reorganizar o nível médio para atender às demandas e às condições para a formação do trabalho e da empregabilidade. Nesse sentido, argumenta que os discursos relacionados ao Ensino Médio influenciam profundamente as políticas produzidas pelo governo, incluindo a reforma do Ensino Médio (Brasil, 2017) e a definição de uma nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018a).

Conforme Silva e Oliveira (2023), a elaboração de uma política educacional que incorpore novos espaços e atores, alguns ligados ao setor privado, leva ao entendimento de que a educação está sendo vista como uma oportunidade de lucratividade e comercialização, ou seja, educação dentro da lógica do mercado.

Boanafina, Otranto e Macedo (2022) reiteram em seus estudos que a dualidade na organização do ensino ao longo dos anos vem contribuindo para com a divisão da educação e, conseqüentemente, da sociedade, em duas redes de escola: uma destinada à burguesia e a outra ao proletariado. Apontam que embora a BNCC estivesse alinhada à Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), mostra-se bastante articulada com os interesses do capital, por meio da orientação do empresariado brasileiro,

estando, assim, de acordo com os padrões estabelecidos por organismos internacionais.

Referente ao currículo que compõe os itinerários formativos e sua relação com a BNCC, os autores Fávero; Centenaro e Santos (2022, p. 2) argumentam que a reforma é ofertada como solução para o desemprego, “[...] torna-se incapaz de considerar os princípios basilares para a formação humana, provocando, nos sujeitos envolvidos, a competição, o individualismo e a sustentação das desigualdades”. Destacam ainda que as modificações realizadas nas políticas curriculares com base neoliberal causam nos sujeitos a “ilusão da liberdade de escolhas” dos itinerários formativos, e que tal aspecto estaria associado “à autonomia” e ao “protagonismo juvenil”, contribuindo para o empobrecimento da escola.

De modo semelhante, Pinto e Melo (2021), argumentam que as mudanças no Ensino Médio estariam abrindo caminhos para implementação de uma gestão privada, nas escolas públicas, por meio de parcerias. As autoras argumentam sobre o empreendedorismo como abordagem para atender às demandas econômicas.

Os estudos mostram que anteriormente a 2021, já havia críticas à qualidade da reforma a ser promovida. Ferretti (2018), no contexto da Lei 13.415/2017 e, por consequência a BNCC, argumenta que a reforma curricular teria como objetivo atender aos interesses dos estudantes do Ensino Médio. Tal abordagem tornaria o currículo mais flexível, e que isso resolveria problemas relacionados à qualidade do ensino, abandono escolar e reprovação. O autor questiona tal justificativa que havia sido dada, destacando que não basta ofertar aos estudantes flexibilização curricular se não houver investimento na infraestrutura das escolas (laboratórios, bibliotecas, atividades culturais e espaços para Educação

Física), fornecer formação continuada para os professores, melhorar os seus salários, entre outras medidas.

Os autores Vicente; Moreira e Vale (2023) retratam que a flexibilização curricular dificilmente se concretizará em virtude de os sistemas de educação restringirem as escolhas para as escolas e delimitarem algumas sugeridas pelo Ministério da Educação. Dessa forma, o novo currículo é inflexível, uma vez que articula um projeto de sociedade a partir dos interesses empresariais, permitindo que o setor privado conduza os objetos de estudos técnicos obrigatórios. Nesse contexto, conforme os autores, o aluno não terá liberdade.

Com entendimento semelhante, a pesquisa de Carvalho e Cavalcanti (2022) aborda os Itinerários Formativos como sendo uma oferta sedutora, capaz de ampliar e perpetuar a dualidade estrutural e a desigualdade social. Nesse sentido, argumentam que tal abordagem não cumpre com a modernização proposta, podendo resultar em maior exclusão do que de inclusão.

Pinto e Melo (2021, p. 14), por sua vez, ao refletirem sobre as competências e habilidades, a partir da aprovação da Lei n. 13.415/2017 e da BNCCEM, estaria “delegando à formação o papel imediatista, com respostas rápidas às demandas, situações-problema, colocadas pela economia e pelo setor produtivo”. Com isso, estaria sendo “deixada à margem a concepção de uma educação verdadeiramente voltada ao conhecimento como objeto da reflexão crítica, promotora de autonomia e liberdade ativas.”

Para Santos e Martins (2021), o cenário da reforma estaria subjetivando os indivíduos, principalmente os mais pobres, inserindo elementos de concorrência e responsabilidade individual na suposta “ilusão da capacidade

de escolha”. Sustentam, igualmente, que o Novo Ensino Médio empobreceria a possibilidade de escolha dos jovens, além de desqualificar o conhecimento, reduzindo a carga horária da base comum e diminuindo a relevância dos componentes curriculares vinculados às Ciências da Natureza e às Ciências Humanas. Em resumo, a reforma representaria mais retrocessos do que avanços para a educação da classe trabalhadora, fortalecendo a dualidade estrutural já existente.

ENTRE A FRAGILIDADE CURRICULAR E O CURRÍCULO “COM GLAMOUR”

Seis artigos problematizam a redução da carga horária da formação básica geral e seus impactos na educação: “Reforma do Ensino Médio: dispositivos de regulamentação e políticas de indução” de Silva e Oliveira (2023); “A educação profissional e a BNCC: políticas de exclusão e retrocessos” de Boanafina, Otranto e Macedo (2022); “O Novo Ensino Médio e o itinerário formativo da educação técnica e profissional no contexto catarinense” de Lima e Zanelatto (2023); “O Novo Ensino Médio Paulista: velhas propostas de manutenção da dualidade estrutural e da precarização do ensino” de Carvalho e Cavalcanti (2022); “A ilusão da liberdade de escolha: o problema da ‘customização’ do currículo dos itinerários formativos da Reforma do Ensino Médio” de Fávero; Centenaro e Santos (2022); e “Flexibilizar Para Quê? Meias Verdades Da 'reforma'” de Krawczyk e Ferretti (2017). Tais artigos apresentam discussões sobre as mudanças curriculares impostas pela reforma, especialmente em relação à redução da carga horária, à flexibilização curricular e à formação básica geral.

Dentre as mudanças implementadas na reforma do Ensino Médio, destaca-se a alteração curricular no que se refere à carga horária. Silva e Oliveira (2023) expressam preocupação com a diminuição da carga horária relativa à

formação comum a todos os estudantes, de 2400 horas para até 1800, conforme estabelecido na Lei 13.415/17, nesse sentido, alertam para uma possível fragilização curricular na educação básica. Um ponto relevante refere-se aos componentes curriculares de Matemática e Língua Portuguesa, sendo os únicos a adquirirem a obrigatoriedade ao longo do Ensino Médio. A ausência de acesso aos conhecimentos essenciais para uma formação integral, segundo as autoras, poderia minimizar a capacidade de reflexão sobre os saberes produzidos para uma formação integral, científica, ética e estética dos jovens.

Boanafina; Otranto e Macedo (2022) apontam que a BNCC gera uma dualidade ampliada ao configurar o itinerário formativo e diminuir a carga horária da formação básica geral, acaba resultando na precarização da estrutura dos cursos profissionalizantes, também dificultando o acesso dos estudantes ao ensino superior. Os autores consideram contraditório o movimento político em direção à formação humana integral, destinada à parcela mais pobre da classe trabalhadora, ao ensinar somente o mínimo para preparar para o mercado de trabalho.

Na mesma esteira das críticas em relação à fragilização curricular, os autores Lima e Zanelatto (2023) indicam que a redução da carga horária acaba por disfarçar a dualidade estrutural, ao criar barreiras aos estudantes através do “rebaixamento do currículo” com os conhecimentos gerais, que foram reduzidos no Novo Ensino Médio. Conforme os autores, isso poderia implicar em dificuldades no ingresso, permanência e sucesso no ensino superior, seja através de exame vestibular ou do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Carvalho e Cavalcanti (2022), corroboram tais entendimentos, considerando que, ao tornar apenas os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática

como obrigatórios, haveria uma desqualificação e, ao mesmo tempo limitações na formação geral.

Tecendo duras críticas à suposta liberdade de escolha proposta pela reforma do Ensino Médio, Fávero, Centenaro e Santos (2022), argumentam sobre a retirada dos saberes essenciais que impulsionariam o pensamento crítico, tais como os componentes curriculares de filosofia e geografia. Nesse contexto, evidenciam os interesses econômicos que estariam em pauta, de modo a descentralizar a educação pública, repercutindo diretamente nas futuras gerações.

Para outro grupo de autores, os discursos midiáticos aludindo à flexibilização curricular atuam como “uma sedução à liberdade de escolha”. Sob essa ênfase seis artigos foram selecionados por reconhecerem desse modo os discursos midiáticos sobre a reforma do Ensino Médio.

Assim, os artigos “Propaganda, Mídia e Educação: o discurso oficial e publicitário sobre a reforma do Ensino Médio de 2017” de Ortega e Hollerbach (2022); “Novo Ensino Médio: consequências e perspectivas para a formação dos jovens” de Santos e Martins (2021); “Mudanças nas políticas curriculares do Ensino Médio no Brasil: repercussões da BNCCEM no currículo mineiro” de Pinto e Melo (2021); “A ilusão da liberdade de escolha: o problema da ‘customização’ do currículo dos itinerários formativos da Reforma do Ensino Médio” de Fávero, Centenaro e Santos (2022); “A (in)flexibilização curricular via reforma do ensino médio no Brasil” de Vicente, Moreira e Vale (2023); e “O Novo Ensino Médio Paulista: velhas propostas de manutenção da dualidade estrutural e da precarização do ensino” de Carvalho e Cavalcanti (2022).

Ortega e Hollerbach (2022) argumentam que a tão propagada “liberdade de escolha”, promovidas pelos anúncios

publicitários em relação ao Novo Ensino Médio, estava no fato de os estudantes serem liberados da obrigatoriedade das “disciplinas tradicionais”. Além disso, teriam a oportunidade de direcionar sua trajetória escolar “conforme seus desejos”. Contrariando ao propagado, os autores argumentam que “os anúncios constroem uma falácia sobre a liberdade trazida pelo Novo Ensino Médio”, a própria utilização do termo “novo” é questionável, uma vez que diversos autores têm constatado as semelhanças e aproximações com outras reformas educacionais” (Ortega; Hollerbach, 2022, p. 20).

Não obstante, na contextualização trazida pelos autores, o *impeachment*⁴ estaria relacionado à aprovação da Lei nº 13.415/2017. Tal articulação teria funcionado como uma “poderosa ferramenta de manipulação e coerção social capaz de produzir consensos e opiniões formatadas favoráveis à reforma do Ensino Médio, sem que fosse possível contestá-la a partir do senso comum” (Ortega; Hollerbach, 2022, p. 9).

As autoras Santos e Martins (2021), partilham de entendimentos semelhantes, destacando que os anúncios publicitários serviram como porta-vozes na persuasão de jovens e da sociedade, ao evidenciarem o suposto protagonismo nos projetos de vida e na exaltação da possibilidade de escolha entre os itinerários formativos, conforme estabelecido na legislação.

Pinto e Melo (2021), por sua vez, destacam o significativo investimento em anúncios publicitários por parte do MEC para construir confiabilidade social quanto à BNCC.

⁴ Presidente da República Federativa do Brasil de janeiro de 2011 a agosto de 2016, tendo sido reeleita nas eleições de 2014, Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), sofreu um processo de impeachment cujos trâmites duraram de 17 de abril a 31 de agosto do ano de 2016.

Tal estratégia estaria associada a uma construção imaginária coletiva por meio de consultas públicas, que são consideradas como subterfúgios, pois elas estariam materializando uma suposta participação social ativa dos sujeitos envolvidos.

Fávero, Centenaro e Santos (2022, p. 8) corroboram percepções semelhantes ao argumentarem que a “ilusão da liberdade de escolha é essencial para reproduzir sujeitos com espírito de empreendimento e responsabilidade individual, desconsiderando a dimensão fundamental do princípio coletivo do saber”.

Adicionamos, ainda, a indicação dos autores para quem “a oferta de itinerários formativos que aludem para a liberdade de escolha proporciona uma adaptação à lógica do mercado, que customiza o currículo por meio de racionalidades centralizadas na capacidade de competir e na responsabilização por seu próprio futuro” (Fávero; Centenaro; Santos, 2022, p. 11).

Corroborando com a discussão, para Vicente; Moreira e Vale (2023), os anúncios publicitários relacionados à Reforma do Ensino Médio buscam convencer a população sobre os motivos da reforma, transmitindo a ideia como sendo algo positivo para a educação dos estudantes.

ITINERÁRIOS FORMATIVOS E TEA: DISCURSOS, GOVERNAMENTALIDADE E BIOPOLÍTICA

Buscando aproximações com o foco do estudo proposto chegamos ao repositório Google Acadêmico. Para tanto, propomos outra combinação, articulando conectores, na tentativa de promover uma maior proximidade com o objeto de estudo e o referencial teórico da pesquisa. Desse modo, optamos pelos conectores: autismo, Novo Ensino Médio, Foucault, ensino regular, itinerários formativos, percursos de

aprofundamento e inclusão escolar, considerando o período entre 2017 e 2024 (Quadro 2)

Quadro 2 - Relação das produções selecionadas e analisadas.

Ano periódico	Título	Autores
2023	Entre políticas educacionais e regimes discursivos do campo clínico, a criação de outros possíveis para habitar a escola	Eliana da Costa Pereira de Menezes; Graciele Marjana Kraemer
2017	A emergência do discurso da inclusão escolar na biopolítica: uma problematização em busca de um olhar mais radical	Pedro Angelo Pagni
2022	Diferença e Diversidade no discurso da Inclusão Escolar	Neusete Machado Rigo
2017	As representações do sujeito com deficiências no processo de inclusão escolar	Neusete Machado Rigo; Maria Inês Naujorks
2020	Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva	Alexandre Filordi de Carvalho; Silvio D. de Oliveira Gallo
2019	Contribuições da filosofia de Foucault para a compreensão dos discursos e práticas de inclusão escolar	Raquel Magnólia Ferreira Ranzatti

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Selecionadas as produções, recorreremos novamente à nuvem de palavras, gerada a partir das palavras-chave encontradas nos artigos. O tamanho e a cor de cada palavra estão associados à sua frequência de ocorrência, sendo as cores de maior destaque: preto e azul. Os destaques estão pela recorrência e maior incidência, sendo elas Inclusão e Biopolítica (Figura 2).

Figura 2 - Nuvem de palavras



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar três tendências: regimes discursivos e abordagem clínica nas práticas inclusivas na escola; discurso do neoliberalismo permeando a escola; e o uso do conceito de biopolítica, abordando as estratégias educacionais.

REGIMES DISCURSIVOS E ABORDAGEM CLÍNICA NAS PRÁTICAS INCLUSIVAS NA ESCOLA

Evidenciando os regimes discursivos e a abordagem clínica nas práticas inclusivas na escola, encontramos dois artigos: o primeiro, de Menezes e Kraemer (2023), intitulado "Entre políticas educacionais e regimes discursivos do campo clínico, a criação de outros possíveis para habitar a escola"; o segundo, de Pagni (2017), "A emergência do discurso da inclusão escolar na biopolítica: uma problematização em busca de um olhar mais radical". Ambos os artigos oferecem reflexões sobre a eficácia das práticas inclusivas nas escolas,

apontando questões que merecem consideração no contexto educacional contemporâneo.

Menezes e Kraemer 2023, com base em Michel Foucault, dedicam-se à análise dos impactos da política de inclusão escolar nos processos de subjetivação dentro do ambiente educacional, com atenção ao regime discursivo do campo clínico. Para as autoras, as políticas de inclusão escolar vêm sendo entendidas como estratégia biopolítica de governo. As práticas inclusivas e estratégias anunciadas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), vem constituindo formas de nomear os alunos, através de seus comportamentos os quais são tidos como anúncios para a produção de diagnósticos. A partir disso, entra em jogo um conjunto de práticas para ao final ser elaborado um laudo clínico. Ou seja, haveria uma ordem de práticas, que ativa um conjunto de mecanismos políticos que operam o corpo do sujeito.

Nessa dinâmica, estaria se implementando uma engrenagem que aciona práticas "para além da correção e da normalização, pois mobilizam processos de antecipação e de prevenção da anormalidade" (Menezes; Kraemer, 2023, p. 4). O que ratifica, por sua vez, a necessidade de diagnósticos cada vez mais precoces, via laudo clínico, para que assim pudessem ser colocadas em ação as práticas prescritivas e normalizadoras próprias do campo da educação. Tal busca por avaliação cria uma rede discursiva, acionada pelos saberes da clínica, produzindo assim o aumento nos índices de matrículas de alunos em processo de inclusão escolar.

As autoras acrescentam ainda que é notória a exaltação das políticas de inclusão escolar, em que o sucesso está atribuído ao crescimento do número de alunos em processo de inclusão na escola regular. O que leva as autoras a colocarem o

crescimento das matrículas em suspeição, questionando sobre o sucesso da política inclusiva.

Pagni (2017) discute como a administração excessiva da vida se estende aos dispositivos de subjetivação e às tecnologias de poder utilizadas nas escolas, dentro do contexto atual da biopolítica. Ele destaca a criação de dispositivos com o propósito de "minimizar os efeitos dessa vida anômala, deficiente, que adentra a essa instituição, tentando atenuar a diferenciação desses atores, capturá-los e integrá-los por meio dos discursos sobre a inclusão escolar e de práticas denominadas inclusivas" (Pagni, 2017, p. 4). O autor problematiza, assim, a emergência dos discursos sobre a inclusão "na atualidade e, em particular, os dispositivos que os colocam em circulação para legitimar ou para produzir, desde os regulamentos legais que os instauram, algumas práticas ditas inclusivas na instituição escolar". Destaca, ainda, que é "nesse contexto global que as práticas ditas inclusivas aparecem no âmbito da ação política pública", garantindo o direito das minorias, mas dentro de uma "economia do capital humano", favorecendo a "mobilidade do mercado" (Pagni, 2017, p. 11).

Conforme o autor, os discursos sobre a inclusão surgem da ação das políticas públicas, que, no caso da escola, buscam desenvolver capacidades e potencialidades por meio do treinamento de habilidades e da aquisição de conhecimentos e hábitos, objetivando a formação do capital humano. Assim, instauram-se medidas supostamente iguais para todos invisibilizando as diferenças, enquadrando o estudante "em um jogo no qual as regras se alteram para que seus resultados reflitam sobre o ganho de outrem e sobre a satisfação pessoal de cada um" (Pagni, 2017, p. 13).

Os estudos apresentados nessa seção nos permitem entender que embora os discursos e práticas inclusivas na

escola prometam igualdade, em muitos casos, eles acabam por promover dinâmicas de exclusão e competição, contribuindo para a formação de um capital humano padronizado em detrimento das singularidades e resistências dos envolvidos.

DISCURSOS DO NEOLIBERALISMO QUE PERMEIAM A ESCOLA

Dois outros artigos discutem, por sua vez, o discurso do neoliberalismo nas práticas inclusivas na escola. O primeiro, de Rigo (2022), intitulado "Diferença e Diversidade no discurso da Inclusão Escolar", e o segundo, de Rigo e Naujorks (2017), intitulado "As representações do sujeito com deficiências no processo de inclusão escolar". Ambos os estudos apresentam análise sobre a relação entre as políticas educacionais inclusivas e a lógica neoliberal, destacando como essas práticas podem, muitas vezes, atender aos interesses do mercado e ao controle social, em vez de promover a equidade no acesso à educação.

Rigo (2022) ressalta a importância do direito à educação e sobre o significado da luta histórica pela inclusão escolar, daqueles que, por muito tempo, foram excluídos da escola. Para a autora está sendo um retrocesso o contexto das atuais políticas educacionais do governo brasileiro. O discurso da inclusão estaria sendo utilizado a fim de evitar o “risco de, ingenuamente, fortalecer uma lógica de governo e de controle da população que coaduna com a lógica neoliberal contemporânea” (Rigo, 2022, p. 5). Segundo ela, muitas vezes, essas políticas aparentam ser inclusivas, mas acabam atendendo aos interesses do neoliberalismo, mantendo estruturas de poder que não promovem a equidade.

Inspirada nos estudos de Foucault, Rigo (2022) sustenta que as regras da economia estão estreitamente ligadas às regras sociais, visando garantir a seguridade social, ao apoiar-se em

uma outra forma de exclusão. O neoliberalismo, assim, por meio de estratégias, busca manter a inclusão dos sujeitos, garantindo que todos tenham um espaço nesse jogo mercadológico. No entanto, para o autor, os níveis de desigualdade e individualidade não são levados em consideração. Para ele incluir seria “uma forma de integrar todos nas malhas do mercado, conduzir e modificar comportamentos de populações para que aceitem e concordem em envolver suas vidas com as regras do jogo neoliberal” (Rigo, 2022, p. 5). Como se isso não bastasse, o gargalo da inclusão seria “importante para controlar riscos sociais que possam perturbar o funcionamento da sociedade neoliberal” (Rigo, 2022, p. 5).

Assim, as redes do neoliberalismo influenciam a escola e seu currículo, visando direcionar os alunos, inclusive aqueles com deficiência, para o mercado de trabalho. Ou seja, reconhecendo a não neutralidade do currículo, os discursos sobre a inclusão escolar estariam contribuindo na materialização de um território onde se produzem identidades e subjetividades.

No artigo de Rigo e Naujorks (2017), é discutida a legislação brasileira que preconiza a "educação para todos". As autoras destacam que sua crítica não se opõe às condições da educação como direito social, mas visa compreender os aspectos políticos envolvidos, especialmente relacionados aos interesses do mercado em colaboração com o Estado. Para as autoras todos têm a capacidade de se desenvolver de alguma forma, o que interessa ao neoliberalismo. Isso porque participar do mercado reduz os riscos de marginalização e investir em capital humano aumenta a competitividade. As atuais políticas educacionais brasileiras, embora estivessem promovendo a inclusão social, também estariam sujeitas aos efeitos do neoliberalismo, buscando produzir sujeitos empreendedores de si mesmos. Na esteira do que já foi

abordado por outros autores, nos parágrafos anteriores, as autoras entendem que a inclusão, dentro de um contexto neoliberal, estariam a “intensificar e ‘azeitar’ as engrenagens do capitalismo”. (Rigo e Naujorks, 2017, p. 12).

BIOPOLÍTICA E AS ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS

Outros dois artigos tematizam a biopolítica e as estratégias educacionais. O primeiro, de Carvalho e Gallo (2020), intitulado "Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva"; o segundo, de Ranzatti (2019), intitulado "Contribuições da filosofia de Foucault para a compreensão dos discursos e práticas de inclusão escolar". Ambos os estudos ressaltam a intersecção entre a biopolítica, a governamentalidade e a educação, destacando as formas de controle e normatização presentes nas práticas de inclusão escolar.

O artigo de Carvalho e Gallo (2020), explora a noção de biopolítica, reconhecendo o Brasil como um exemplo de "laboratório biopolítico", onde as práticas estão centradas em um "governo da vida", sob a perspectiva da lógica governamental.

A inclusão das diferenças, é compreendida, assim, como uma forma de mecanismo de governo, garantindo que todos possam ser governados, operando cada um de forma a conduzir suas condutas dentro de um contexto democrático e participativo, sem limitar suas liberdades.

Os autores destacam a importância da defesa da escola pública e da inclusão, bem como a necessidade de luta contra a biopolitização da precarização da existência e da exclusão na educação. Destacam, também, a necessidade de se opor à “normopatologização” da exclusão, o que tem contribuído para o aumento da precariedade e da exclusão de toda espécie.

Ranzatti (2019) ao focalizar a educação especial e o termo inclusão, argumenta que todo discurso sobre inclusão e educação especial é moldado no contexto escolar, que se projeta nas práticas discursivas do que o sujeito faz. Assim, tais discursos e práticas iriam se enraizando no espaço escolar, moldados pelo tempo e pela arquitetura da instituição.

No cenário histórico trazido pela autora, a educação inclusiva teria sido construída no contexto dos processos de objetivação e subjetivação dos sujeitos “nos discursos individuais e coletivos e no nexos social, no qual o sujeito é o alvo e está intrinsecamente relacionado com o poder” (Ranzatti, 2019, p. 8).

A autora descreve a escola como instituição que atua como um mecanismo de acolhimento e, ao mesmo tempo, emprega dispositivos disciplinares e de segurança para atender às exigências da governança liberal e neoliberal.

Desse modo, os discursos que envolvem a deficiência e as diferenças proporcionam aos indivíduos uma sensação de pertencimento, garantindo-lhes assim condições para participação e consumo, tudo de acordo com a lógica de mercado.

ENCAMINHANDO UM FECHAMENTO

A Reforma do Ensino Médio tem sido objeto de ampla discussão na literatura acadêmica, conforme mostrou a pesquisa, especialmente no que diz respeito às críticas à flexibilização curricular, à dualidade estrutural e à sua vinculação ao mercado de trabalho. No entanto, observou-se uma lacuna significativa no que se refere à inclusão de estudantes com TEA nos Itinerários Formativos, o que reforça a importância de desenvolver e socializar os resultados do estudo em questão.

A análise também evidenciou problematizações sobre as dinâmicas de inclusão escolar, situando-as em um contexto marcado por lógicas biopolíticas e estratégias de governamentalidade. Embora tais estudos não tratem diretamente da inclusão de estudantes com TEA nos Itinerários Formativos, eles contribuem significativamente para ampliar o entendimento sobre os processos de inclusão no contexto educacional, contribuindo para um esforço contínuo de apropriação teórica em diálogo com as inspirações foucaultianas. Diante desse contexto, torna-se fundamental problematizar os efeitos da reforma do Ensino Médio não apenas sobre a estrutura do ensino, mas, sobretudo, sobre a efetivação de uma educação inclusiva, capaz de acolher a diversidade na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BOANAFINA, Anderson; OTRANTO, Celia Regina; MACEDO, Jussara Marques de. A Educação Profissional e a BNCC: políticas de exclusão e retrocessos. *RIAEE: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 17, n. 1, p. 716-733, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15783/12695>. Acesso em: 1 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. [Reforma do ensino médio]. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 3**, de 21 de novembro de 2018b. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102481-rceb003-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.945**, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), [...]. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/14945.htm. Acesso em: 8 jun. 2024.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Silvio D. de Oliveira. Foucault e a Governamentalidade Democrática: a questão da precarização da educação inclusiva. **Mnemosine**, v. 16, n. 1, Edição Especial: Dossiê Formação inventiva de professores: ensaios microfísicos, pesquisa-intervenção e estudos foucaultianos, p. 146-160, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/52688/34300>. Acesso em: 2 mar. 2024.

CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de. Reforma do Ensino Médio e Base Nacional Comum Curricular: formas atuais de expressão do capital na educação. **EccoS: Revista Científica**, n. 62, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/23199/9892>. Acesso em: 2 Jan. 2024.

CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de; CAVALCANTI, Fabio. O Novo Ensino Médio Paulista: velhas propostas de manutenção da dualidade estrutural e da precarização do ensino. **Educação e Formação**, v. 7, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/7317/6919>. Acesso em: 2 jan. 2024.

FÁVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon; SANTOS, Antônio Pereira dos. A Ilusão da Liberdade de Escolha: o problema da “customização” do currículo dos itinerários formativos da Reforma do Ensino Médio. **Educação Por Escrito**, v. 13, n. 1, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/43171/27627>. Acesso em: 2 Jan. 2024.

FERRETTI, Celso João. A Reforma do Ensino Médio e Sua Questionável Concepção de Qualidade da Educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. p. 25-42, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326884997_A_reforma_do_Ensino_Medio_e_sua_questionavel_concepcao_de_qualidade_da_educacao. Acesso em: 19 jan. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: Curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

Gil, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/HALL_Cultura_e_Representa%C3%A7%C3%A3o_-_2016.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

KRAWCZYK, Nora; FERRETTI, Celso João. Flexibilizar Para Quê? Meias Verdades Da “reforma”. **Revista Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 33-44, 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/757/pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

LEMOS, Ligia Maria Prezia. Nuvem de Tags Como Ferramenta de Análise de Conteúdo: uma experiência com as cenas estendidas da telenovela *Passione* na internet. *Lumina*, v. 10, n. 1, p. 1-18, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21192/11526>. Acesso em: 8 set. 2024.

LIMA, Rodrigo da Costa; ZANELATTO, João Henrique. O Novo Ensino Médio e o Itinerário Formativo da Educação Técnica e Profissional no Contexto Catarinense. *Revista Prática Docente [IFMG]*, v. 7, n. 1, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/265/256>. Acesso em: 11 jan. 2024.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de; KRAEMER, Graciele Marjana. Entre Políticas Educacionais e Regimes Discursivos do Campo Clínico, a Criação de Outros Possíveis Para Habitar a Escola. *Educação UNISINOS*, v. 27, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/270977/001193847.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 mar. 2024.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). *Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

ORTEGA, André Randazzo; HOLLERBACH, Joana D'arc Germano. Propaganda, Mídia e Educação: o discurso oficial e publicitário sobre a Reforma do Ensino Médio de 2017. *Educação em revista*, v. 38, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469837849>. Acesso em: 11 jan. 2024.

PAGLIARINI, Daiane Schio; SEPEL, Lenira Maria Nunes. Uso de Nuvem de Palavras Como Estratégia Para o Ensino do Reino Fungi no Ensino Médio. *Rencima*, v. 13, n. 4, p. 1-23, 2022. Disponível em: <https://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/rencima/article/view/3483/1804>. Acesso em: 8 set. 2024.

PAGNI, Pedro Angelo. A Emergência do Discurso da Inclusão Escolar na Biopolítica: uma problematização em busca de um olhar mais radical. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 68, p. 255-272, 2017. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v22n68/1413-2478-rbedu-22-68-0255.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2024.

PINTO, Samilla Nayara dos Santos; MELO, Savana Diniz Gomes. Mudanças nas Políticas Curriculares do Ensino Médio no Brasil: repercussões da BNCCEM no currículo Mineiro. **Educação em Revista**, v. 37, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469834196>. Acesso em: 11 Jan. 2024.

RANZATTI, Raquel Magnólia Ferreira. Contribuições da Filosofia de Foucault Para a Compreensão dos Discursos e Práticas de Inclusão Escolar. **Revista Educação Especial em Debate**, v. 4 n. 7, p. p. 92-111, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/26521/18230>. Acesso em: 1 mar. 2024.

RIGO, Neusete Machado. Diferença e Diversidade no Discurso da Inclusão Escolar. **e-Curriculum**, v.20, n.3, p. 999-1021, 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/49509/40608>. Acesso em: 8 mar. 2024.

RIGO, Neusete Machado. NAUJORKS, Maria Inês. As Representações do Sujeito Com Deficiências no Processo de Inclusão Escolar. In: SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 1., Porto Alegre, 2017. [Anais do... O ensino e a aprendizagem em discussão]. p. 1107-1124. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-10/completo-4.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2024.

SANTOS, Franciele Soares dos; MARTINS, Suely Aparecida. Novo Ensino Médio: consequências e perspectivas para a formação dos jovens. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-27, 2021.



Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5786>. Acesso em: 2 jan. 2024.

SILVA, Monica Ribeiro da; OLIVEIRA, Adriana Martins de. Reforma do Ensino Médio: dispositivos de regulamentação e políticas de indução. *Revista Educere Et Educare*, v. 18, n. 7, p. 113-129, 2023. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereteducare/article/view/30708/21893>. Acesso em: 2 jan. 2024.

VICENTE, Vinicius Renan Rigolin de; MOREIRA, Jani Alves da Silva; VALE, Cassio. A (In)Flexibilização Curricular Via Reforma do Ensino Médio no Brasil. *Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação*, v. 41, n. 1, p. 1-22, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/86834/52235>. Acesso em: 2 jan. 2024.

Recebido em 08/04/2025.

Aprovado em 06/07/2025.